

BRIGADEIRO
JOSÉ MARIA DAS NEVES COSTA
(1774-1841)



PATRONO DO
INSTITUTO
GEOGRÁFICO
DO EXÉRCITO

JOSÉ MARIA DAS NEVES COSTA, 1774-1841

Biografia sucinta e aspectos relevantes da sua actividade no campo da Cartografia militar portuguesa

Maria Helena Dias¹

¹ Professora Associada da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG). Trabalho realizado no quadro do *Projecto SIDCarta – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa* (POCTI/43111/GEO/2001), financiado pelo POCTI e pelo FEDER, de que a autora é Investigadora Principal e no qual participaram o CEG, a Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE) e o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE).

Agradecimentos

A todos quantos participaram e fizeram do projecto SIDCarta uma realidade ...

Na capa Esboço da carta itinerária militar que contém a topografia do terreno a Norte de Lisboa, de 1809-1810, que se encontra actualmente na Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército Português

Oficial do Real Corpo de Engenheiros, nasceu em Carnide a 5 de Agosto de 1774 e morreu em Lisboa em 1841, provavelmente a 19 de Outubro. Formado na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (1793-1796), após os preparatórios na Academia de Marinha (1791-1793), foi premiado e considerado um dos melhores alunos do seu tempo. Engenheiro militar ilustre, destacou-se pelos seus brilhantes e inovadores trabalhos em prol da Cartografia militar, em particular nos levantamentos topográficos e na configuração dos terrenos, para além de ter sido um hábil desenhador. A sua vastíssima actividade neste campo desenvolveu-se durante mais de 40 anos e, apesar de constantemente referida a sua acção ao longo de todo o século XIX, cairia depois no mais injusto esquecimento. Dessas actividades, cujos testemunhos ficaram, na sua maioria, sob a forma manuscrita, destacar-se-ão aqui apenas algumas, pela sua relevância (sobre as outras, ver apêndice).

Sendo o século XIX o período mais dinâmico da Cartografia militar europeia, em Portugal ela levaria mais tempo a organizar-se adequadamente. As dificuldades persistiram pelo menos até finais desse século, quando se tentou iniciar a primeira carta topográfica militar. Mas só com a criação dos Serviços Cartográficos do Exército, antecessores do actual Instituto Geográfico do Exército, foi possível estruturar adequadamente tais tarefas, o que apenas se acabaria por verificar em 1932. Para tal, contribuiu brilhantemente Neves Costa, quer com o prestígio das suas actividades cartográficas, quer com as suas propostas de reorganização e institucionalização dos trabalhos topográficos militares.

Os primeiros levantamentos de fôlego de Neves Costa começaram na fronteira do Alentejo, em 1802, quando serviu na Inspeção-Geral das Fronteiras e Costas Marítimas do Reino, às ordens do Marquês de Rosière.

A carta que na altura construiu e desenhou, datada de 1803, e a memória que a acompanhava, feita no ano seguinte, ficaram, como outros trabalhos, em poder de Rosière. Passaram provavelmente, em 1808, para as mãos de Vincent, aquando da 1ª invasão francesa, e depois foram enviados para Paris. Explicar-se-á talvez assim o desaparecimento da carta original de Neves Costa, já que as longas *Memórias descritivas e militares do terreno de uma parte da fronteira da Província do Alentejo* estão felizmente no Arquivo de Vincennes, em França, e foram entretanto divulgadas (1971-1983). Aí existe também uma tradução em francês, mostrando o interesse que este trabalho, como outros, deve ter despertado.

Em 1819, o próprio Neves Costa reconstruiria a *Carta militar de uma parte da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a vila de Assumar* (1:50 000), a partir das notas do levantamento original.

Nos princípios de 1808, Neves Costa procedeu a levantamentos na região de Lisboa, a pedido do então Coronel do “Corps du Génie” Vincent, que comandava o pequeno corpo de engenheiros franceses que acompanhou Junot a Portugal. Tendo este francês consciência de que com o pequeno número de engenheiros do seu Corpo não poderia efectuar todos os trabalhos de reconhecimento necessários, em tão curto período de tempo, tentou aproximar-se dos engenheiros portugueses mais talentosos. Escreveu, por isso, a Carlos Frederico Bernardo de Caula, em Janeiro de 1808, pedindo-lhe que, sob sua direcção, se procedesse à triangulação e ao levantamento da área entre Lisboa e Peniche, em particular da costa a Norte do Cabo da Roca, com a ajuda de dois oficiais à sua escolha.

Foram então nomeados dois distintos engenheiros portugueses para trabalharem com Caula: Neves Costa e Xavier de Brito. Destes trabalhos chegaram até nós dois documentos importantes: *Suite des triangles depuis Cap-Roca jusqu’au Cap Carvoeiro pour servir de canevas à une carte topographique de cette partie de la côte*, 1:100 000, onde figuram os três oficiais, e uma carta topográfica entre Peniche e a Ericeira, 1:50 000, com a indicação “J. M. das Neves Costa a fez”. Destes trabalhos faz também parte a pequena memória *Descrição do terreno da Costa de Portugal compreendido entre o Cabo da Roca e a Vila da Ericeira, com varias observações sobre a sua defesa contra um ataque marítimo*, escrita na mesma data, em colaboração com Caula.

No entanto, o nome de Neves Costa ficaria para sempre associado à carta da região de



Figura 1 – Carta militar da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a vila de Assumar, de 1819 (DSE, 506-1-4-7)

Lisboa, que levantou em 3 meses (entre os finais de 1808 e o começo do ano seguinte) e que, acompanhada de uma *Memória militar sobre as posições defensivas...*, teria levado à construção das Linhas de Torres, feita sob a direcção de Wellington, e à expulsão dos franceses. A polémica que desde logo se instalou a propósito da ideia original destas Linhas, que os ingleses sempre pretenderam sua, acabaria por trazer graves contrariedades à carreira militar do então Major Neves Costa, a que se vieram certamente juntar, a seguir, as lutas entre liberais e absolutistas.

Dos quatro oficiais indigitados inicialmente para este trabalho, algum tempo depois só ficou a trabalhar Neves Costa, a quem se deve o reconhecimento dos terrenos e a construção e desenho dos detalhes topográficos; mesmo Carlos Frederico de Caula, que executou a maior parte das triangulações, foi afastado logo no início para outras actividades. Depois, já no Arquivo Militar, ao esboço concluído em 1809 por Neves Costa, adicionaram-se-lhe, no ano seguinte, outras informações: assim nasceria o *Esboço da carta itinerária militar que contém a topografia do terreno de uma parte da província da Estremadura*, ca. 1:100 000, que se encontra hoje arquivada na Direcção dos Serviços de Engenharia.

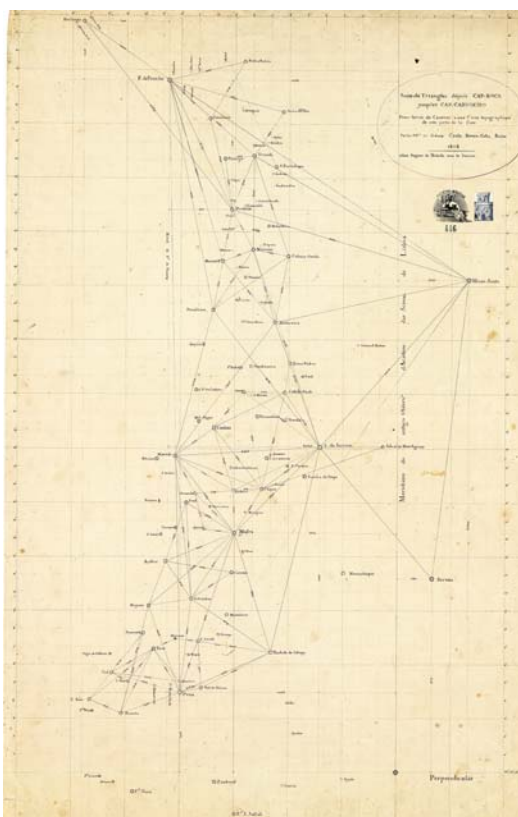


Figura 2 – Triangulação entre o Cabo da Roca e o Cabo Carvoeiro, de 1808 (DSE, 1017-1-2-2)

A partir daqui se construiu a versão simplificada e mais conhecida, a *Carta militar que serve de suplemento à carta topográfica de uma parte da província da Estremadura vizinha a Lisboa*, oferecida em 1811 a Beresford, na sua qualidade de comandante em chefe do Exército português. A carta de 1811 foi impressa em Paris muito tempo depois (1888), para acompanhar a segunda versão da memória, que, retomando a anterior de 1809, o autor acrescentou, em 1814, com notas, que comparam as posições que apontara antes com as fortificadas depois pelos ingleses, sob as ordens de Wellington, mostrando as suas grandes similitudes. No espírito de Neves Costa sempre esteve a ideia, por várias vezes expressa, de que era necessário não só prolongar a carta até Peniche e Santarém como dar-lhe mais detalhe e maior escala. Mas três décadas decorridas após este levantamento e pouco tempo antes de morrer, Neves Costa continuava a lastimar-se que nada tivesse sido feito.



Figura 3 – Esboço da carta itinerária militar que contém a topografia do terreno a Norte de Lisboa, de 1809-1810 (DSE, 1915-2-21-30)

Aos levantamentos da região de Lisboa suceder-se-iam, após as invasões francesas, os da área imediatamente a sul, que levariam à importante *Carta topográfica militar dos terrenos da Península de Setúbal* (4 folhas, ca. 1:30 000), feita por ordem de Beresford. Os trabalhos demorariam três anos (1813-1815, trabalho de campo; 1816, desenho) e, nesse período de tempo, Neves Costa teve a ajudá-lo, por curtos intervalos e só nas operações de prancheta, alguns outros oficiais: Marino Miguel Franzini, Luís António de Melo, João Damasceno da Cunha e Francisco de Assis Blanc. De resto, grande parte da triangulação, o reconhecimento militar, a configuração dos terrenos e o desenho estiveram somente a cargo de Neves Costa. O tempo mais longo que esta carta levou a construir ficaria-se a dever, segundo o seu autor, ao facto de ele ter sido obrigado a fazer os dois trabalhos: o trigonométrico e da prancheta, por um lado, e o itinerário-topográfico, por outro. Da preparação desta carta, a Direcção dos Serviços de Engenharia guarda hoje várias dezenas de esboços dos levantamentos de campo, muitos deles sem indicação da autoria ou, mesmo, alguns sem qualquer outra indicação. Acrescem esquemas das triangulações, um dos quais, com a assinatura de Neves Costa, bem como ensaios de desenho com a configuração do relevo. À carta original seguir-se-ia a redacção da memória correspondente (1816), um complemento nesta altura considerado indispensável para que fosse bem concebida e útil. No entanto, esta memória ficaria manuscrita e mais ignorada do que a imagem que lhe está subjacente. Aí se traça uma sucinta e interessante descrição geográfica, indicando-se os traços físicos e humanos mais relevantes da área, bem como se referem aspectos com interesse militar, relacionados com a defesa da Península e, portanto, também com a capital do País.



Figura 4 – Fragmento da fase de desenho da carta topográfica militar da Península de Setúbal, construída entre 1813 e 1816 (DSE, 5147-3-36-49)

A carta topográfica militar da Península de Setúbal é o exemplo das modernas cartas deste tipo: a informação expressa e o seu detalhe, bem como o rigor da representação, fornecem uma imagem perfeita do que de melhor já era possível fazer-se em Portugal nos princípios de Oitocentos. Do original a cores far-se-ia, quase meio século depois (1861), a impressão a preto e branco, tendo-se substituído os sombreados da representação do relevo por normais. A tardia difusão da carta prova bem o interesse que continuava a ter, volvido esse tempo.

O estudo das formas do relevo e a sua representação foi outro tema brilhantemente tratado por Neves Costa, mas que ficaria quase ignorado.

Este assunto era de tal forma importante à época, mas complexo, que este oficial tentou estabelecer, baseando-se provavelmente nos trabalhos franceses e sobretudo na sua própria experiência de campo, uma teoria sobre a organização do relevo terrestre. Começou a delinear o seu *Ensaio sobre a Teoria do relevo dos terrenos*, a título particular, na década de 1810, quando preparava indicações para a uniformização das escalas dos levantamentos militares portugueses, mas só o concluiria passados 10 anos; na posse dos herdeiros, o manuscrito seria mais tarde comprado pelo Governo português e publicado (1849-1851), o que parece indiciar ter sido desconhecido até meados de Oitocentos. Esse trabalho divide-se em três partes: formas gerais dos terrenos, modos de as designar e de exprimir as suas relações, especialmente no sentido horizontal; modificações das formas no sentido vertical e suas designações; dedução do relevo a partir do traçado dos cursos de água nas cartas “geográficas”.

Na realidade, o conhecimento e a imagem do relevo eram fundamentais para os militares desta época, permitindo-lhes estabelecer planos fundamentados de ataque e defesa do território, definindo lugares naturalmente fortes e a movimentação das tropas. Mas a sua representação rigorosa não era ainda possível. As modernas curvas de nível só apareceriam nas cartas portuguesas em 1861. Regulavam-se então os militares apenas pela ideia da grandeza relativa e a expressão da multiplicidade de formas, feita no campo e à vista, levantava também ela inúmeras dificuldades, ligadas não só ao desenho como à descrição do que se observava, por falta até de compreensão dos princípios gerais que regulavam e justificavam a diversidade e o aparente caos da repartição das formas à superfície da Terra. Por isso, este trabalho teórico de Neves Costa, que reflecte também a sua grande experiência profissional, pode ser considerado da maior relevância para a Cartografia nacional.

Escreveu ainda, em 1837, uma memória em que discutiu o valor atribuído à légua portuguesa por Francisco António Ciera, matemático e astrónomo que iniciou, em 1790, os trabalhos geodésicos em Portugal. Reproduzida por F. Folque, na sua *Memória sobre os trabalhos geodésicos*

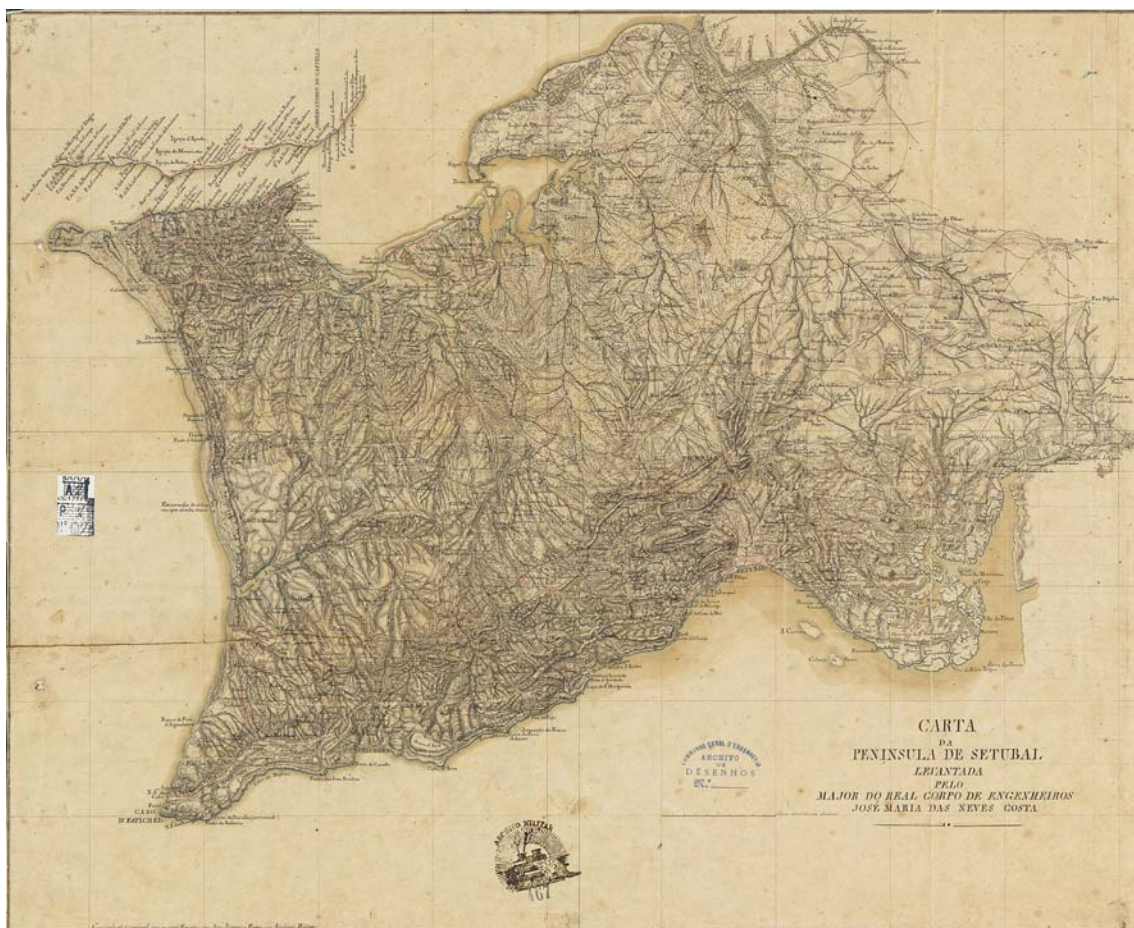


Figura 5 – Carta da Península de Setúbal, de 1813-1816, tardiamente reduzida no Arquivo Militar (DSE, 3805/1-4-56-50)

executados em Portugal (1841), este General referiu-se aí a Neves Costa como um oficial que “fez sempre muita honra ao nosso Corpo de Engenheiros” mas que “foi mais afamado que ditoso”; sobre o trabalho em questão disse ser “interessante” e uma “bela análise”, ter estudado o assunto “com boa crítica e saber”, o que “muito honra a memória do seu judicioso autor”.

O último trabalho de Neves Costa foi realizado quando já estava reformado “sem o haver pedido”, como consta no frontispício das suas *Considerações militares tendentes a mostrar quais sejam no território português os terrenos cuja topografia ainda falta conhecer para servir de base a um sistema defensivo do Reino, que seja conforme com a sua natureza geográfica e com os princípios gerais da ciência da guerra* (1841). Estas *Considerações*, escritas pouco tempo antes de morrer, seriam a resposta ao pedido que lhe fora feito pelo Governo em 1837: examinar os documentos topográficos existentes no Arquivo Militar e propor os que fossem ainda necessários a um plano de defesa do País. Este Arquivo, que Neves Costa bem conhecia porque nele trabalhara por diversas vezes, fora criado em 1802 e colocado na dependência do comando do Corpo de Engenheiros, quando este foi provisoriamente regulamentado 10 anos depois. Aí eram guardados os documentos e instrumentos relativos àquele Corpo, mas eram também executadas e copiadas cartas e memórias.

Organizada em 20 capítulos, esta memória é essencialmente uma exposição das necessidades do conhecimento topográfico das áreas mais sujeitas a invasões, dirigidas em direcção a Lisboa e ao Porto, e também da costa portuguesa. Os três capítulos finais, de grande interesse para a

História da Cartografia Militar na primeira metade de Oitocentos, são de reflexão sobre a topografia e o modo de a melhorar. Neves, Neves Costa propôs a organização destes trabalhos numa Repartição de Topografia Militar, cuja organização e objectivos discute. Propôs ainda a introdução de normas que uniformizassem quer os levantamentos quer o desenho das cartas. Ao longo de quase uma centena e meia de páginas manuscritas, Neves Costa salientaria constantemente a situação de abandono da Cartografia topográfica militar, resultante em parte da falta de oficiais portugueses preparados e do pouco estímulo que lhes era dado, por não conseguirem ascender aos postos superiores da hierarquia militar. Não era de estranhar, por isso, haver poucos documentos topográficos na altura, devendo-se estes geralmente às ordens dos militares estrangeiros ao serviço do País e raramente às autoridades nacionais. Neves Costa referiu os limites dos seus próprios trabalhos; dos restantes, fez sobressair o muito que ainda faltava. Para acompanhar as suas *Considerações*, preparou uma *Minuta de uma carta do Reino de Portugal* (1840, ca. 1:600 000), em que apresentou uma nova imagem das principais formas do relevo português, sombreando-as de forma sugestiva e aproximando a representação da realidade, mais do que nas cartas até então realizadas.

Em conclusão, o quadro da Cartografia portuguesa traçado neste trabalho dos anos 40 é claramente sombrio: desorganização das actividades cartográficas militares e, relacionado com ela, a falta de cartas topográficas. Por não existirem também cartas itinerárias do País, para a deslocação das tropas, Neves Costa foi encarregado também de propor normas para a sua rápida execução. Daí resultou um outro trabalho seu, datado de 1840, contendo 29 regras sobre o que devia ser feito nos itinerários das estradas: *Observações e advertências para se proceder com a maior igualdade e uniformidade possíveis aos itinerários parciais que tem de ser feitos em diferentes partes do território português por diversos oficiais para servirem depois à redacção da Carta Itinerária Geral do Reino*.

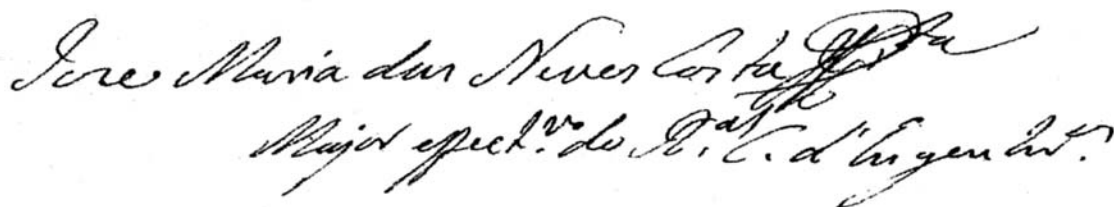
A importância de Neves Costa reflectiu-se também em muitas outras comissões e trabalhos, onde se pronunciou sobre assuntos como a defesa nacional ou outros do foro não geográfico, aos quais deu a sua visão de cartógrafo e o vasto conhecimento do País. Contestou, desassombradamente, opiniões de Generais estrangeiros ilustres, que os responsáveis portugueses pareciam escutar e venerar, mas que desvirtuavam a instituição. Foi deputado e, inclusivamente, chegou a ser nomea-



Figura 6 – Minuta de uma carta do Reino de Portugal, de 1840 (DSE, 4061-2-A-29-41)

do para Ministro da Guerra, por decreto de 20 de Maio de 1823, mas, restaurado o governo absolutista, não chegaria a ocupar o cargo. Enfim, uma vida profissional vasta, diversificada e brilhante, que ironicamente não lhe trouxe as promoções merecidas (depois de ter ascendido a Major em 1807, esperou 13 anos para ver concretizada a subida ao posto de Tenente-Coronel e, no mesmo ano, a Coronel), que foi motivo de invejas e ódios e que determinaria o seu afastamento e depois a reforma compulsiva. Também por essas razões, terminaria os seus dias amargurado. Se, passados vários anos, alguns pretenderam honrar a sua memória ao publicar-lhe parte dos trabalhos, a Cartografia militar desconhece-o hoje por completo e, por isso, nunca se lhe prestou a homenagem merecida. Em suma, o perfil deste engenheiro militar é, antes de tudo, o do cartógrafo, ou seja, do técnico competente. Atravessou as difíceis vicissitudes políticas dos começos de Oitocentos, e embora por elas penalizado, manteve-se em funções e foi nomeado para algumas de grande relevância nacional. No final da vida, já impossibilitado de executar trabalhos de campo, foi registando as suas ideias no gabinete.

Morreu aos 67 anos de idade. “Finou-se assim o conspícuo militar, não tendo recebido outra demonstração pública de apreço, que tão justamente lhe era devida; cortado de amargos dissabores baixou ao sepulcro, sem outra condecoração senão a insígnia de cavaleiro da ordem militar de S. Bento de Avis, devida ao tempo de serviço, tendo sido reformado, não o havendo pedido, com a graduação de Brigadeiro, patente à qual, como antigo Coronel, desde há muito havia jus na sua efectividade de Exército. (...) Termina assim a carreira de tão digno soldado da pátria, a quem as baixas paixões de ambições insofridas, de ciúmes e invejas, elaborando a pérfida intriga, parece, deram os últimos golpes...” (Cláudio de Chaby, *Excerptos historicos...*, 1863).



Joze Maria das Neves Costa
Major effect. vo do R. al C. d'Engenhr.os

Joze Maria das Neves Costa
Major effect. vo do R. al C. d'Engenhr.os

(assinatura, no posto de Major)

Mapa que mostra o tempo que estive empregado nas Comissões em que servi desde o 1.º de Janeiro de 1809 até ao fim de Dezembro de 1811

Commissões	Anos					
	1809		1810		1811	
	Mezes	Dias	Mezes	Dias	Mezes	Dias
No 1.º de Jan.º de 1809, exalta no trab.º do Yumbum: militares do tenente visinho, e ao Norte de Lisboa, de q' havia sido empregado por ordem do Governo, intimada em Aviso do Command.º de D. Cel. Lygual.º o 11.º de Maio de 1809, no Sena da Misericórdia de Lisboa, em data de 25 de Novembro de 1808. Este trab.º foi suspenso p.º ser empregado na 1.ª Commissão.	0	18				
Por Aviso do subdito Command.º em data de 19 de Jan.º de 1809, p.º se a servir ao ord.º do Ex.º Sr. Ten.º Gen.º D. P.º de Loucaente, encarregado da depura de Lisboa, serviço q' foi interrompido p.º voltar a precedente Commissão.	9	29				
Em 18 de Fev.º de 1809, tive ordem de concluir o nomeação e Corte milit.º por do tenente av.º de Lisboa q' tinha principiado em Nov.º precedente, trabalho q' p.º se a redacção da Mem.º. Jo devia occupar; mas, foi suspenso por motivo da 1.ª Commissão.	2	0				
Em 17 de Abril de 1809, recebi ordem do dito Sr. Command.º do 1.º do Corpo de Engenharia p.º servir nas fortificações de Lisboa, ao ord.º do Sr. Brigad.º Ricardo Luís Ant.º Raposo. Durante este serviço, fui no principio de Maio, encarregado por ord.º verbais do Sr. Ten.º de D.º de D.º Command.º do Corpo, da redacção da Mem.º milit.º q' p.º se a p.º concluiu o trab.º de recenseamento acima mencionado, e entreguei no Mar de Junho o livro Copias de Cartas mil.ºs que havia contribuido, até q' p.º se a 1.ª Commissão.	2	13				
Em 01 de Julho de 1809, recebi ordem do dito Command.º do 1.º do Engenheiros, em conseq.º de outra em q' fui designado pelo Ex.º Mo.º Sr. Gen.º de D.º Command.º em Chef.º de Des.º, para servir no Serv.º de Operações, ao ord.º do Sr. Ten.º Gen.º Carlos Freder.º de Laula: serviço em q' permaneci effectivamente q' se foi interrompido por motivo de doença, desde 6 de Outubro até ... de Jan.º de 1813;	6	0	12	0	12	0
ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DIVISÃO DE SECÇÃO Nº 1	Total		12	00		
	Lanca em 1812					
	e 4 mezes, e 29 dias					

Lisboa em 15 de Dezembro de 1811.

Jose Maria dos Neves Cordeiro
Major effect.º do 1.º do Engenheiros

Comissões em que participou, no período de 1 de Janeiro de 1809 até ao fim de Dezembro de 1811

APÊNDICE

1. Datas de promoção

04/12/1796	Segundo-Tenente
30/03/1801	Primeiro-Tenente
04/11/1806	Capitão
24/06/1807	Major
22/01/1820	Tenente-Coronel
18/12/1820	Coronel
07/09/1837	reformado em Brigadeiro, por doença

2. Algumas comissões e datas relevantes

- 1797** Por ordem do Duque de Lafões, foi mandado servir às ordens do Coronel Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, chefe dos engenheiros do Exército reunidos no Alentejo, tendo feito trabalhos de desenho e reconhecimentos militares.
- 1798** Prestou serviço na Secretaria do Exército em trabalhos de desenho até 1801, quando passou a ajudante de campo do Marquês estribeiro-mor.
- 1800** Escreveu *Observações sobre o plano de ataque e defesa do Reino de Portugal*, contestando a opinião do General Dumouriez sobre o plano de ataque do País, em *État présent du Portugal* (1775, 1797). O desaire da campanha do Alentejo confirmou desagradavelmente todas as previsões do primeiro opúsculo, o que o levou a escrever a segunda parte das *Observações* no ano seguinte, dando maior desenvolvimento ao sistema defensivo do Alentejo, para o qual os vários estudos do terreno lhe tinham dado já autoridade e experiência.
- 1801** Passou a Capitão de infantaria para a primeira plana da Corte (Decreto de 8 de Maio de 1801), como ajudante de campo do General Marquês de Marialva, estribeiro-mor, às ordens de quem fez a campanha de 1801, em que Portugal perdeu Olivença. Escreveu *Memórias para servirem à História da Campanha do Alentejo no ano de 1801*, posteriormente adquiridas num antiquário e publicadas (1914).
- 1802** Prestou serviço na Inspeção-Geral das Fronteiras e Costas Marítimas do Reino, às ordens do Marquês de Rosière, cabendo-lhe parte do reconhecimento da fronteira do Alentejo. Destes trabalhos deixou um diário manuscrito (1803-1806), posteriormente adquirido num antiquário por Henrique Ferreira Lima.
- 1806** Promovido a Capitão engenheiro, passou para o Arquivo Militar, onde permaneceu até às invasões francesas. Escreveu o *Discurso em que se trata do elogio da Nação portuguesa... por um oficial do Real Corpo de Engenheiros*, publicado anonimamente em 1811, em que fez a exortação do espírito nacional e justificou a necessidade de reorganização do Exército, depois da expulsão dos franceses.
- 1808** Iniciou, em colaboração com Carlos Frederico de Caula e a pedido do chefe dos engenheiros franceses Vincent, a triangulação e o levantamento da área para uma carta topográfica entre o Cabo da Roca e Peniche, do qual resultaram vários documentos e uma memória sobre a defesa da costa. Estes trabalhos foram entretanto suspensos e, por isso, em 26 de Outubro deste ano, envia ao Conde da Feira, secretário da Regência do Reino na Repartição da Guerra, uma representação lembrando a importância militar do terreno ao norte de Lisboa e a necessidade de se proceder ao levantamento de uma carta militar, oferecendo-se para a construir por processos expeditos e em pouco tempo. Em 28 de Novembro de 1808, por aviso do Comandante do Real Corpo de Engenheiros, foi encarregado desse reconhecimento militar e do levantamento da carta, que o ocupou

desde essa altura até Junho do ano seguinte, com interrupções (em que esteve noutras curtas comissões). Para acompanhar a carta, escreveu ainda *Memória militar sobre as posições defensivas que se encontram no terreno vizinho a Lisboa...*, que concluiu em 1809.

- 1809** Por designação do Marechal Beresford, comandante em chefe do Exército, passou a integrar a Brigada do Exército de Operações, sob o comando do Tenente-Coronel Carlos Frederico de Caula. Até à extinção desta Brigada, sozinho ou com outros oficiais, participou nos seguintes trabalhos: reconhecimento militar da vila de S. Felices, em Espanha (Julho de 1809, tendo às suas ordens o Capitão Moreira); reconhecimento do porto de Perales ou a passagem da Serra da Gata (Agosto de 1809, idem); reconhecimento militar da cidade de Leiria e seus arredores, pertencendo-lhe o reconhecimento e construção da carta militar do terreno até meia légua em redor de Leiria, bem como a informação sobre a importância desta posição (Dezembro de 1809); reconhecimento das estradas entre a Serra de Molianos e a costa, desde Aljubarrota até Caldas da Rainha, cabendo-lhe a maior parte do trabalho (Janeiro de 1810); reparação da estrada de Tomar, cujo trabalho foi partilhado pelos vários oficiais, tendo executado a carta itinerária de toda a estrada e ainda dirigido os trabalhos de reparação que lhe competiam (Fevereiro de 1810); reconhecimento dos vaus e passagens do Zêzere, desde a foz de Alge até ao Tejo, configurando o curso do rio nesse percurso (1810, com o Capitão Moreira). Tendo a brigada dos engenheiros portugueses sido dissolvida em Outubro de 1810, passou para as ordens do Tenente-Coronel do Exército inglês Fletcher.
- 1810** Tendo tido conhecimento em 1809 da memória sobre a defesa do Reino que o General Dumouriez escrevera em 1800, a pedido do governo português, escreveu *Análise crítica da memória sobre o ataque e a defesa de Portugal*, ampliando o que havia dito em *Observações sobre o plano de ataque e defesa do Reino de Portugal* (1800, 1801) e contestando os princípios defendidos por esse General (anotada e rectificada em 1838 e depois publicada em 1840), trabalho este que, entregue ao Governo, foi então muito elogiado por diversos oficiais. Até 1811, prestou serviço na comissão das Linhas ao Norte do Tejo. Por ordem do Marechal Beresford, foi ainda incumbido de examinar as estradas que ligavam Lisboa com os diversos pontos das linhas de defesa, por se acharem em muito mau estado, e encarregado depois da sua reparação, pelo que não chegou a estar às ordens de Fletcher. Fez imprimir o *Elogio da Nação Portuguesa...*, escrito em 1806.
- 1811** Com o Tenente-Coronel Caula, continuou os trabalhos da carta militar da região de Lisboa construída em 1809, ocupando-se agora da configuração e detalhes topográficos entre Sobral e a Serra de Montejunto, trabalho que não ficaria sob forma definitiva por terem passado para nova comissão. De Julho deste ano e até Setembro de 1812 foi encarregado, com o mesmo Tenente-Coronel, de examinar o estado de ruína em que havia ficado a praça de Almeida, levantando a sua planta e dirigindo a reconstrução. Estes trabalhos mereceram, em Abril de 1812, o elogio de Lorde Wellington, pelo muito que ali se havia trabalhado. Neste ano enviou, dirigido à Corte no Rio de Janeiro, uma cópia da planta e da memória sobre a defesa de Lisboa, tendo D. João VI determinado que fosse recompensado por esses serviços, o que não se concretizaria pelas objecções levantadas por Wellington (ver *Exposição dos factos pelos quais se mostra ter sido portuguesa a iniciativa do projecto, proposto em geral para a defesa de Lisboa, que precedeu e continha as bases do projecto particular, posto depois em prática no ano de 1810*, por ele publicado em 1822).
- 1813** Foi encarregado por Beresford, comandante em chefe do Exército português, do levantamento da Carta Topográfica Militar da Península de Setúbal, comissão que o ocupou até 1816, tendo a carta sido acompanhada por uma memória (escrita em 1816), que ficou manuscrita.
- 1814** Redigiu a segunda memória sobre as Linhas de Torres Vedras, comparando os trabalhos feitos pelos engenheiros ingleses com os indicados na sua primitiva memória (publicada na *Revista das Sciencias Militares*, em 1888, acompanhada da versão simplificada da carta, que havia sido delineada em 1811 e oferecida a Beresford).

-
- 1815 Até 1816, altura em que se dissolveria devido à nova organização do Exército, foi nomeado vogal e secretário de uma comissão encarregada dos projectos de construção e reparação das fortificações do Reino.
- 1816 Em 6 de Dezembro dirigiu um requerimento ao Rei, pedindo-lhe a recompensa pelos serviços prestados no reconhecimento dos terrenos ao norte de Lisboa, que foi também negativamente apreciado pelo Marechal Beresford. Segundo o próprio, “No fim de 1816, cansado de esperar, e abatido de saúde e de espírito, pelo desgosto da injustiça que experimentava, resolvi dirigir pela primeira vez a Vossa Majestade (...)”. Este requerimento foi retido na Secretaria do Exército, só tendo sido remetido ao Rei no fim de Maio de 1817. Em 1822, continuava sem nada saber do assunto, a não ser que aí tinha chegado. E diria que, apesar da oposição manifestada em diferentes épocas pelos dois generais estrangeiros comandantes do Exército português e das razões que tivessem alegado para impedir que fosse remunerado por tal serviço, ninguém o poderia privar com justiça “1.º da glória de ter prevenido aquele ilustre General [Lorde Wellington], na proposta de um projecto tão útil e de tão extraordinárias consequências; 2.º da glória de haver preparado a carta militar e a memória descritiva das posições daquele terreno, únicos documentos topográficos que existiam, e que foram dados ao duque de Wellington quando principiou a pôr em prática o seu projecto; 3.º da glória de haver sido a causa e o promotor da existência de tais documentos; 4.º da glória, finalmente, de ter indicado na dita minha memória de reconhecimento, entre muitas outras posições, a maior parte daquelas de que se formaram depois as célebres linhas da defesa de Lisboa”. Em finais deste ano passou para a Secretaria do Corpo de Engenheiros, ocupando-se da redacção de trabalhos e instruções topográficas e revisão de orçamentos, comissão que durou até 1820.
- 1817 Redigiu *Considerações militares sobre as montanhas de Castelo de Vide*, publicadas mais tarde na *Revista Militar* (IV, 1852).
- 1819 Reconstruiu a *Carta militar de uma parte da fronteira do Alentejo entre o Tejo e a Vila de Asumar*, na escala de 1:50 000, que havia levantado em 1803 e que se extraviara.
- 1820 Foi nomeado para a Comissão das Obras Militares e Inspecção dos Quartéis e Fiscal e Revisor do Cofre para as Despesas das Fortificações, cujo trabalho terminou em 1821, retornando à Secretaria do Corpo de Engenheiros. Escreveu a memória *Indicação dos lugares que exigem maior atenção defensiva nas Linhas de defesa ao Norte de Lisboa*.
- 1821 Foi nomeado chefe de uma comissão encarregada do projecto de um salão de Cortes no Colégio dos Nobres, que terminou em 1822.
- 1822 Publicou *Exposição dos factos pelos quais se mostra ter sido portuguesa a iniciativa do projecto, proposto em geral para a defesa de Lisboa...* (Lisboa, Imp. Liberal, 1822), em que fala do seu trabalho de reconhecimento da região de Lisboa e os problemas com os militares ingleses. Foi novamente nomeado para o serviço dos trabalhos topográficos na Secretaria do Corpo de Engenheiros. Foi ainda eleito deputado às Cortes pelo círculo de Setúbal e substituído pelo de Lisboa.
- 1823 Foi nomeado para membro da Comissão das Fortificações. Por decreto de 20 de Maio de 1823 foi nomeado Ministro da Guerra mas, restaurado o governo absolutista, não chegou a tomar posse do cargo.
- 1824 Terminou a sua memória *Ensaio sobre a teoria do relevo dos terrenos*, publicado postumamente por A. X. Palmeirim em vários números da *Revista Militar*, entre 1849 e 1851. Este manuscrito foi comprado pelo Governo às filhas, depois da sua morte, bem como a segunda e terceira parte da tradução que ele fizera do *Tratado das operações secundárias de guerra* de Lallemand.
- 1825 Foi nomeado membro da comissão encarregada de reformar os estudos militares. Redigiu *Instruções*

provisórias pelas quais se deverá regular a execução das obras de fortificação, substituindo-se àquelas até agora estabelecidas.

- 1826** Em Setembro foi nomeado governador interino do Forte da Graça, em Elvas. Durante o período dessas funções, escreveu a *Memória sobre a organização do Exército português em relação ao sistema constitucional*, tendo-lhe sido solicitado pelo Duque de Saldanha autorização para a sua publicação.
- 1827** Em 29 e 30 de Abril sufocou a rebelião do povo e da maioria da guarnição de Elvas contra a Rainha D. Maria II, quando era então governador deste Forte, tendo sido louvado. Consultado pelo Governo sobre a importância das praças do Alentejo, respondeu em carta confidencial, datada do Quartel do Forte da Graça em 20 de Junho.
- 1828** Manteve-se até este ano governador interino do Forte da Graça, em Elvas. Por ofício do Ministério da Guerra de 11 de Junho de 1828, foi-lhe finalmente mandado pagar uma pensão anual de quatrocentos mil réis, concedidos pela real resolução de 28 de Maio de 1824, como remuneração do serviço prestado em 1809, “indicando o terreno e os meios que convinha empregar para a defesa desta Capital” (em 1842 declarar-se-ia que essa pensão revertesse a favor das filhas, após o seu falecimento).
- 1829** Esteve ocupado com trabalhos de gabinete na Secretaria do Corpo de Engenheiros até 1833.
- 1831** Esteve empregado no plano de defesa do Porto de Lisboa.
- 1833** Foi encarregado de inspeccionar os trabalhos da Linha do Sul do Tejo.
- 1834** Tendo traduzido o *Tratado das operações secundárias de guerra* de Lallemand (cuja primeira parte foi impressa mas a segunda, comprado o manuscrito às filhas, não chegaria a ser publicado), foi-lhe mandado abonar esse trabalho, que entregara na Secretaria de Estado do Ministério da Guerra para ser distribuído pelos Corpos do Exército.
- 1835** Fez parte da comissão externa da Câmara dos Pares do Reino para reforma do sistema de pesos e medidas e introdução do sistema decimal. O Comandante do Corpo de Engenheiros dá a seu respeito a seguinte informação, em Agosto deste ano: “É de mui distinto merecimento, particularmente nos reconhecimentos e topografia militar. Tem toda a actividade para o serviço da meditação, mas um reumatismo crónico [do qual passaria a sofrer após os trabalhos na Praça de Almeida] o impossibilita, às vezes, para trabalhos activos”.
- 1837** Membro da Comissão da Arma de Engenharia. Nessa qualidade, escreveu uma memória em que discute o valor atribuído à língua portuguesa por Francisco António Ciera, matemático e astrónomo que iniciou os trabalhos geodésicos em Portugal a partir de 1790. Foi reformado em Brigadeiro, por doença, a 7 de Setembro. Para atenuar a sua precária situação, o Marquês de Sá da Bandeira, encarregou-o de alguns trabalhos no Arquivo Militar, nomeadamente a proposta de normas a serem seguidas na elaboração da Carta Itinerária do Reino.
- 1838** Foi encarregado, por Portaria do Ministério da Guerra, de examinar os documentos topográficos existentes no Arquivo Militar e informar sobre os que faltassem e fossem necessários ao plano geral de defesa de Portugal, trabalho que concluiria pouco tempo antes de morrer, em 1841.
- 1840** Foi publicado no *Exército Português* (vol. 12, Julho/Agosto, 1840) a memória sobre o ataque e a defesa de Portugal, que entretanto anotara e rectificara em 1838, graças aos conhecimentos adquiridos sobre a topografia do País. Escreveu ainda *Observações e advertências para se proceder com a maior igualdade e uniformidade possíveis aos itinerários parciais que tem de*

ser feitos em diferentes partes do território português por diversos oficiais, para servirem depois à redacção da Carta Itinerária Geral do Reino.

1841 Concluiu *Considerações militares tendentes a mostrar quais sejam no território português os terrenos cuja topografia ainda falta conhecer para servir de base a um sistema defensivo do Reino...*, acompanhado de uma *Minuta de uma carta de Portugal...*, na escala de ca. de 1:600 000, esta datada do ano anterior. Magoado com a injustiça e a ingratidão da instituição militar à qual dedicara toda a vida, acrescentaria no título, após o seu nome, “depois de reformado sem o haver pedido” e referiria na Advertência desta Memória ter sido vítima das intrigas da ambição e dos postos e empregos que costumam seguir-se aos grandes movimentos políticos, que o levaria a ser indirectamente excluído do serviço militar, logo depois da restauração de 1833, e directamente pela reforma, que não havia pedido, em 1837. Este trabalho, em que o autor chamou a atenção para a necessidade urgente de levantamentos topográficos que faltavam em quase todo o País, foi avaliado por uma Comissão, criada em 1841, constituída por Pedro Folque, José Carlos de Figueiredo, Marino Miguel Franzini, José Feliciano Silva Costa e Caetano José Vaz Parreira, e considerado “de grande utilidade” e “um serviço distinto”.

Faleceu a 19 de Setembro de 1841, segundo alguns estudiosos, ou a 19 de Outubro, segundo outros, tendo sido sepultado no Cemitério dos Prazeres. O elogio à sua memória, feito pelo então Tenente-Coronel Augusto Xavier Palmeirim, foi publicado no Diário do Governo nº 248, de 1 de Dezembro de 1841.

3. Referências de alguns estudos

BERGARA, M. Moreira de - Linhas de Torres-Vedras. *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da Revista Militar. ISSN 0873-7630. Nº 4 (1849), p. 201-211.

CHABY, Claudio de - *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos à guerra denominada da Peninsula e as anteriores de 1801 e do Roussilon e Cataluña*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863. [Vol.] IV.

DIAS, Maria Helena - *Contributos para a História da Cartografia militar portuguesa* [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Direcção dos Serviços de Engenharia, Instituto Geográfico do Exército, 2003. ISBN 972-636-141-9.

PALMEIRIM, Coronel A. X. - Inéditos militares portugueses. *Revista Militar*. Lisboa: Empresa da Revista Militar. ISSN 0873-7630. Nº 1 (1849), p. 36-46.

RIBEIRO, Vieira - Neves Costa e as Linhas de Torres Vedras. *Revista de Engenharia Militar*. Lisboa: [s.n.], 1911. Nº 1, p. 5-26. Nº 2, p. 49-59. Nº 3, p. 109-124.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1911-1930 - *História orgânica e política do Exército português*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. V (1910), p. 277-303. Vol. VIII (1919), p. 228-236. Vol. XIII (1921), p. 3-14. Vol. XVI (1929), p. 263-270

VICENTE, António Pedro - Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal: 1762-1796. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa: A.H.M. Nº 41 (1971), p. 11-298.

VICENTE, António Pedro - *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971-1983. 3 vol.

VICENTE, António Pedro - *O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*. 2ª ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000. ISBN 972-98222-2-0.

Publicado por ocasião do reconhecimento
de José Maria das Neves Costa
como patrono do
Instituto Geográfico do Exército

Novembro | 2005